

O GOVERNO DE JOÃO GOULART E EXPERIÊNCIA PARLAMENTARISTA

1. A posse de João Goulart.

O Vice-Presidente da República, informado das resistências à sua posse, decidiu não voltar de imediato, mas fazer uma longa rota por Paris, Nova York, Buenos Aires, Montevidéu e Porto Alegre, enquanto seus correligionários tentavam vencer a dificuldade. Alguns deles, entre os quais Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul, cunhado de Goulart, preparavam-se para a luta armada. Militantes brizolistas armaram barricadas em torno do Palácio Piratini, na cidade de Porto Alegre, e receberam do Governador 3 mil revólveres, com muita munição, requisitados da fábrica Taurus.

Em poucos dias, a crise econômica intensificou-se gravemente, enquanto as tensões políticas se extremavam. Desenvolveu-se uma campanha desesperada pela ascensão de Goulart. O Exército procurava sentir os anseios nacionais, prevendo as sombrias implicações da posse, mas sem desejar interferir diretamente no curso dos acontecimentos. No Sul, chefes militares cederam à pressão da campanha pela posse de Goulart, coordenada desde o Palácio Piratini, onde o Governador Leonel Brizola instalava as transmissoras de uma rede nacional de rádio - a "Cadeia da Legalidade".

Os ministros militares chegaram a organizar, às pressas, a Divisão Cruzeiro, que, sob o comando do General-de-Divisão José Teóphilo de Arruda, marcharia para o Sul a fim de contrapor-se ao III Exército, comandado pelo General-de-Exército José Machado Lopes. Pairava no ar o fantasma da guerra civil.

No Rio de Janeiro, alguns governadores estaduais reunidos propuseram uma solução de compromisso: a instituição de um regime parlamentarista, visando a reduzir substancialmente o poder do Presidente da República. O Congresso aprovou a emenda parlamentarista, que foi aceita pelos militares com reservas.

Destinado a forçar o Presidente a moderar sua conduta, o artifício parlamentarista só serviu para deixar o país à deriva, pois Jango dedicava todo o seu tempo ao único objetivo que lhe interessava: reconquistar e, se possível, aumentar os poderes presidenciais. Aproveitando-se da agitação comunista, Goulart conseguiu levar o país a um estado de desespero.

Em abril de 1962, "no interior de Pernambuco, multidões famintas saquearam supermercados e armazéns, compelindo o Governador Cid Sampaio a desapropriar os estoques de feijão, milho e farinha, para garantir o abastecimento das cidades." Na Paraíba, o General-de-Exército Arthur da Costa e Silva via-se obrigado a reprimir pela força as agitações causadas pela revolta popular ante o assassinio de um líder camponês pelos fazendeiros.

No Sul, Brizola pregava abertamente o golpe, sob a alegação de que o Congresso não deixaria o Presidente realizar as prometidas reformas, especialmente a reforma agrária. Ele queria que Goulart rompesse com o Congresso, assumisse de fato e de direito todos os poderes e se movesse à margem ou por cima da Constituição, para realizar as reformas de base.

A agitação em favor de um plebiscito para a restauração do presidencialismo chegou ao auge no fim de julho de 1962, por ocasião de um desentendimento entre o Presidente e o Congresso, que, contra a vontade de Goulart, aprovava o nome do Senador Auro de Moura Andrade para o cargo de Primeiro-Ministro, por 222 votos contra 51. Demonstrando total desrespeito pela decisão democrática, o Presidente convocou o movimento sindical e as esquerdas em geral para pressionarem o Congresso com demonstrações de força. Imediatamente, começaram as depredações e saques em todo o país, principalmente no Rio de Janeiro, onde o movimento sindical era muito forte. Só na Baixada Fluminense, foram saqueados quase 300 estabelecimentos comerciais e a desordem generalizada deixou um saldo de 25 mortos e mil feridos. Ao mesmo tempo, estourava, por ordem do Comando Sindical Nacional, "a primeira greve geral de caráter estritamente político que já acontecera na história do país". No Manifesto distribuído pelo Comando Sindical, a greve declarava seu objetivo: apoiar o Presidente contra o Congresso.

No plano internacional, um conflito desnecessário com os EUA trazia mais prejuízos a um país já enfraquecido economicamente. Em março de 1962, o Governador do Rio Grande do Sul

mandou encampar a Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da norte-americana International Telephone and Telegraph Co. (ITT), pagando US\$ 400 mil em vez dos US\$ 10 milhões pretendidos pela empresa. Imediatamente, o Senador Bourke Hickenlooper apresentou uma emenda à lei de auxílio externo, proibindo que os EUA dessem qualquer espécie de ajuda financeira a governos que confiscassem empresas norte-americanas.

O Embaixador do Brasil nos EUA, Roberto Campos, opunha-se à política de Brizola. Mas, engolindo em seco, cumpriu seu papel, combatendo bravamente a emenda Hickenlooper, que traria enormes prejuízos ao Brasil, então bastante dependente da ajuda financeira norte-americana. "Vi-me na bizarra posição de defender as estripulias de Brizola". O próprio Presidente Kennedy desejava uma saída conciliatória, mas não poderia apoiar a causa do Brasil contra Hickenlooper se o governo brasileiro não fizesse um acordo formal quanto às futuras desapropriações. Roberto Campos, desesperado, enviava mensagem após mensagem pedindo uma solução, mas João Goulart, ocupado unicamente da luta pelo plebiscito (para revogar o parlamentarismo), e temeroso de desagradar a Brizola, que insistia em defender o confisco puro e simples, tanto adiou uma decisão que, quando finalmente se firmou um acordo, em abril de 1963, a emenda Hickenlooper já tinha sido aprovada no Senado norte-americano.

Agravando ainda mais as relações internacionais, em 3 de setembro o Congresso - o mesmo que Brizola dizia hostil a reformas - aprovava a Lei nº 4.131, que restringia drasticamente a remessa de lucros de empresas estrangeiras para seus países de origem. Tanto a lei da remessa de lucros quanto as encampações promovidas por Leonel Brizola eram legitimadas em nome do nacionalismo.

Uma vez mais, a ação ponderada do Exército junto com as demais Forças Singulares assegurou a manutenção da ordem interna e da lei, ameaçada por crise inesperada.

2. A infiltração comunista no governo João Goulart.

Em parte, o desgoverno refletia a personalidade de João Goulart e o seu entourage de aderir, às pressas à opinião de quem falasse mais alto. Ele era capaz de, num só dia, enunciar as opiniões mais contraditórias: em fevereiro de 1963, pela manhã, em cerimônia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, incentivado por um discurso do Governador Adhemar de Barros, prometia conduzir as reformas planejadas "na base do estrito respeito à Constituição"; à noite, hipnotizado pelo refrão gritado por estudantes reunidos no salão nobre da Faculdade de Direito, anunciava seu propósito de fazê-las "na lei ou na marra."

Mas a confusão favorecia, no fim, as esquerdas. O Estado dissolveu-se numa vasta e intrincada trama de ligas, associações, federações e confederações dos mais diversos matizes. Era a 'guerra revolucionária', com subversão subliminar ou ostensiva, mas com o especial característico de ter no Governo da União a sua fonte propulsora e alimentadora primordial.

Mas, segundo Reale, não foi o esquerdismo de Goulart a causa de sua fácil derrubada:

"Em última análise, o que atemorizava a maioria da Nação eram antes a indefinição, a incerteza, a insegurança... Foi, pois, a insegurança, a falta total de rumos, que acarretou a derrubada de João Goulart."

"Cada vez mais acentua-se a impressão de que não há governo; de que não há uma direção para este país", escrevia, em 1962, o comentarista Augusto Frederico Schmidt. Três décadas depois, Paulo Francis, que tudo acompanhava de perto desde o ponto de vista da esquerda, reconhece "Jango não sabia o que fazer do poder. É uma conclusão inescapável".

Às vésperas da Revolução de Março de 1964, o panorama político nacional era o de uma conjuntura explosiva, na sombria perspectiva de crescente e rápida deterioração. Sucediam-se fatos inusitados e exacerbadores da intranquilidade popular, somavam-se erros e omissões, desafios e radicalizações. Tudo, enfim, se traduzia em atmosfera densa de permanente crise política e social.

Associavam-se, em convergentes interesses, facções subversivas e demagógicas que

julgavam ter, na inquietação do povo, o sinal irrecusável de sua próxima e decisiva oportunidade de tomar o poder. Os grupos esquerdistas embriagavam-se na euforia do sucesso suposto iminente, tornando-se cada vez mais audaciosos em seus pronunciamentos e suas reivindicações.

Por detrás de todo esse confuso e deplorável panorama existia um plano. Os inquéritos que se realizaram após a Revolução de Março de 64 demonstraram, sem dúvida, esse fato. Houve preparação definida e objetiva que visava à mudança radical e violenta do sistema político e das instituições nacionais. Após a extinção da URSS, o ex-embaixador soviético no Brasil, Andrei Fomin, confirmou ter comunicado a seu governo informações recebidas de líderes esquerdistas brasileiros, segundo as quais estava em preparação um golpe de Estado, no qual o Presidente fecharia o Congresso e instauraria a "República Sindicalista." Relatórios da Central Intelligence Agency (CIA) coincidiam nessa avaliação.

A rápida exploração dos acontecimentos desenrolados em clima de grande tensão demonstrou que os comunistas, à sombra das concessões do fraco governo de Goulart, seguiam a orientação ditada pelo Comitê Central do Partido. Aspiravam a alcançar o poder em curto prazo através dos processos que lhes pareciam menos arriscados e mais vantajosos. O Partido Comunista Brasileiro era o núcleo dominante de todas as decisões, mas o complexo subversivo abrangia grande número de organizações, englobando as Ligas Camponesas de Francisco Julião, a Ação Popular e os Grupos dos Onze de Leonel Brizola.

Os Grupos dos Onze estavam orientados por um documento apreendido em uma célula comunista em Niterói, à rua Marquês de Caxias, nº 24:

"Leiam e divulguem, com as devidas e naturais reservas, estas instruções. Nossa vitória final depende de sua fiel observância.

1. - Objetivos 1.1 - Os Grupos dos Onze Companheiros têm, por finalidade precípua, servir como instrumento principal e vanguarda avançada do Movimento Revolucionário que libertará o país da opressão capitalista internacional e de seus aliados internos, com a finalidade de instituir no Brasil um governo do povo, pelo povo e para o povo. 1.2 - Os G. 11 serão como foi a "Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917 na União Soviética" - da qual seguirá o vitorioso exemplo -, os agentes e arietes da libertação do nosso povo do capital espoliativo norte-americano. 1.3 - Em consequência, não nos poderemos deter à procura de justificativas acadêmicas para atos que possam vir a ser considerados pela reação e pelos companheiros sentimentalistas, agressivos demais ou, até mesmo, injustificados. 1.4 - Devemos, e é nossa obrigação principal, fazer ver aos Grupos dos 11 Companheiros que estamos em permanente luta contra os inimigos internos e externos do povo brasileiro e que, qualquer que seja a situação que se lhes apresente ou as ordens a serem executadas, os fins justificam os meios e que tudo será ainda pouco para a libertação nacional. 1.5 - É extremamente necessário, absolutamente indispensável mesmo, que os Comandos saibam escolher, com grande cuidado, os companheiros, estudando-lhes o caráter, a educação, os sentimentos, os problemas íntimos, o padrão de vida, a necessidade individual de cada um a fim de dar a cada qual o tipo de tarefa que combine com a personalidade, posses e educação do Militante."

Enfim, os Grupos dos Onze eram elementos de combate, do tipo preconizado por Lênin, destinados a ações armadas de toda natureza. O que se desejava era a criação de um "Exército popular", capaz de suplantar as Forças Armadas.

Ligas Camponesas foram fundadas em 1945, após a queda de Vargas, estimuladas pelos comunistas, na cidade de Recife. Expandiram-se pelo interior do Estado criando escolas e outras formas associativas. Em 1948, o Partido Comunista passou à clandestinidade, mas as Ligas subsistiram nos núcleos do Engenho da Galiléia e de Vitória de Santo Antão. O primeiro reuniu-se em torno de José Francisco de Sousa, antigo militante do Partido Comunista e se desenvolveu nas terras que ocupara do fazendeiro Oscar Arruda Beltrão. O filho de Beltrão resolveu desalojar os camponeses, que solicitaram o auxílio de um advogado de Recife, Francisco Julião. Este obteve

ganho de causa em 1959, quando já exercia o mandato de deputado. Sua oratória deu-lhe carisma e Francisco Julião fundou outras Ligas, politizando as massas camponesas, expandindo-se até 1962, quando o movimento foi cindido pelo nascimento de uma facção armada que, em Anápolis, Goiás, estabeleceu um campo de treinamento de guerrilhas.

3. A Guerra Fria e a expansão do Comunismo.

A dominação do Leste Europeu e a vitória de Mao Tsé-Tung e de Fidel Castro proporcionaram à URSS um diversificado leque de opções para a expansão do comunismo internacional, sem os riscos da confrontação direta Leste-Oeste. Moscou permaneceu capital do Socialismo, mas a montagem da subversão, especialmente da subversão armada, dividiu-se pelos países satélites - principalmente a Tcheco-eslováquia, a ex-República Democrática da Alemanha e Cuba. A China, a Coreia do Norte e a Albânia, após o rompimento com a URSS, passaram a operar com autonomia. Comunistas do mundo todo - e, naturalmente, do Brasil - frequentaram esses centros de doutrinação ideológica e de treinamento de guerrilhas.

A difusão da ideologia foi sempre o instrumento mais seguro e barato para a expansão da influência de Moscou. Lênin fundara o Comintern - a III Internacional Socialista -, conferindo-lhe a missão de propagar o evangelho comunista. Stalin, pragmático, transformou-o num instrumento de promoção dos interesses da União Soviética, provocando levantes comunistas em diversos países.

No Brasil, agentes do Comintern prepararam a Intentona Comunista de 1935. A reportagem de William Waack, publicada em O Estado de São Paulo, confirma definitivamente essa preparação. Ao fim da década de 60 movimentos de inspiração marxista captaram a adesão de parcelas da juventude, lançando-as à luta para reformar o que consideravam uma "sociedade injusta".

É verdade que, se o leque de opções comunistas era amplo, ele comportava matizes incômodos. Graduados nos cursos de Praga, de Tirana, de Pequim, de Havana, não se entendiam sobre a correta interpretação da vulgata marxista, nem sobre como conduzir a luta armada. Daí decorreram a falta de conjugação de esforços das seitas de esquerda e os frequentes "rachas" nas organizações subversivas.

Contudo, a importância geoestratégica do Brasil, evidenciada na Segunda Guerra Mundial, aumentava com o emprego da ideologia como instrumento de expansão do poder da URSS.

4. O avanço da subversão.

O poder das organizações subversivas se tornara assustador. A 18 de novembro de 1961, uma delegação de comunistas brasileiros ao XXII Congresso do Partido Comunista foi recebida no Kremlin por dirigentes russos. Na ocasião, Luís Carlos Prestes e seus companheiros ouviram minuciosas instruções sobre o preparo político das massas operárias e camponesas e a montagem da luta no Brasil. As famosas cadernetas apreendidas na residência de Prestes em São Paulo, a 9 de abril de 1964, descrevem esse encontro e suas consequências. Seu conteúdo, desmentido repetidamente pelas esquerdas, foi enfim confirmado, após a queda da URSS, pelo depoimento do então embaixador soviético Andrei Fomin e pelos documentos do Serviço Secreto Militar Soviético.

No início de 1962, os comunistas obtiveram o domínio de duas poderosas organizações: a União Nacional de Estudantes (UNE) e a Petrobrás. O VI Congresso dos Ferroviários mostrou a sua ampla penetração no setor dos transportes. Criara-se o Pacto de Unidade e Ação (PUA), concentrando em comando unificado todos os sindicatos dos setores - rodoviários, ferroviários, marítimos e aeroviários. Na área industrial, os comunistas conseguiram dominar a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e os mais importantes sindicatos. O jornal oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB) publicava diariamente artigos audaciosos. Um membro do Comitê Central declarou que as vitórias da União Soviética davam estímulo para a aceleração do processo revolucionário no Brasil.

Em fevereiro de 1962, Leonel Brizola encampou, ruidosamente, a companhia telefônica do Rio Grande do Sul e logo se iniciou a campanha para a nacionalização e estatização de todas as

concessionárias de serviços públicos. O mês coincidiu com a organização do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que defendia a luta armada para a conquista do poder, obedecendo à linha chinesa ("guerra prolongada").

Em março, nasceu a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que se tornaria um centro de agitação comunista. O Exército era constantemente atacado pela imprensa comunista, particularmente pelas atividades contra as Ligas Camponesas de Julião.

A pregação comunista tornava-se franca e aberta. Prestes, com apoio oficial, desincumbiu-se da missão que trouxera do exterior - realizar uma exposição soviética no Rio de Janeiro. A partir de maio de 1962 o Partido Comunista realizava comícios ostensivos e campanhas populares com a participação de políticos aliados. O Movimento de Cultura Popular, criado em Recife, no ano de 1961, com o apoio da UNE, do Ministério da Educação e auxílio financeiro externo, desenvolvia-se em todo o país, realizando doutrinação comunista sob o disfarce de combate ao analfabetismo. Em setembro de 1963, realizou-se em Recife, Pernambuco, o Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular com a participação de todas as correntes esquerdistas que exploravam o movimento estudantil.

Intensificou-se a tensão social nos últimos dias de junho de 1962. A excitação popular culminou com o episódio de Caxias, Rio de Janeiro, em 5 de julho, com mais de 3 milhões de cruzeiros de prejuízos. O movimento grevista aumentava. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado em 5 de julho de 1962, apresentou numerosas exigências, utilizando a ameaça da greve geral.

Esses acontecimentos abriram o ciclo de inquietação e violência que se implantaria no país até março de 1964. O Comando Geral dos Trabalhadores instalou o quartel-general em verdadeira fortaleza, no Rio de Janeiro. Emitia manifestos e instruções, seguindo as diretrizes do Partido Comunista. A 14 de setembro, novo movimento grevista paralisou quase totalmente a Nação. O CGT, em manifesto, declarou que a vitória comunista estava próxima. Enquanto isto, o Partido Comunista estabelecia o seu programa de 11 pontos, entre os quais constava o expurgo nas Forças Armadas.

Nas eleições de outubro de 1962, elegeram-se numerosos comunistas. O CGT passou a ser considerado órgão assessor do Ministro do Trabalho, com livre trânsito, inclusive no palácio presidencial.

A campanha do plebiscito contra o parlamentarismo constituiu magnífica oportunidade para a ação da esquerda.

A eleição de alguns sargentos, contrariando a lei eleitoral, suscitou novo problema. Em São Paulo, 6 mil soldados, cabos e sargentos realizaram passeata pública pela posse dos eleitos.

5. Ação dentro dos quartéis.

A disciplina militar deteriorava-se rapidamente. Nos quartéis observava-se insatisfação e havia divergência entre os quadros. Não faltaram alguns militares que se aliaram à subversão e procuraram levá-la às unidades. O grosso do Exército, um núcleo silencioso, mantinha-se, entretanto, avesso à radicalização, aos extremismos, e assistia, não sem amargura e perplexidade, à deturpação de todos os princípios em que se fundava a estrutura do país.

O ambiente geral de tumulto e intimidação desmentia claramente as promessas de "paz e ordem", mas, a essa altura, a esquerda ainda alegava que as dificuldades que o país sofria não provinham das ações do Presidente e de seu entourage, mas da vigência do sistema parlamentarista.

A revogação do parlamentarismo, em 6 de janeiro de 1963, mostrou apenas que o Presidente, investido de maiores poderes, não era capaz de usá-los senão para fomentar maiores desordens. Logo depois de aprovada a emenda presidencialista, o Partido Comunista Brasileiro promoveu o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, que reuniu de 28 a 30 de março de 1963, em Niterói, na sede do Sindicato dos Operários Navais, as delegações de várias nacionalidades. Prestes declarou em sua abertura que estimaria ser o Brasil "a primeira nação sul-americana a seguir o exemplo da pátria de Fidel Castro" e que o PCB já se podia considerar na legalidade. A Revolução

Cubana servia, assim, para que as elites revolucionárias comunistas desejassem seguir o modelo proposto.

Enquanto isso, a inflação crescia inexoravelmente. As greves eram quase diárias. Inúmeros cargos importantes nos governos federal e estaduais, na Justiça, em entidades de classe e em órgãos para-estatais estavam em mãos de comunistas e seus aliados. Jornais, revistas e livros bolchevistas, muitos editados em Pequim e Moscou, circulavam livremente. Grupos armados, em vários pontos do país, organizavam-se e invadiam propriedades, com a conivência de autoridades. Nem a Igreja Católica escapava ao proselitismo subversivo. Campeavam o tumulto e a desordem estimulados pela retórica de Prestes, Miguel Arraes, Pelópidas Silveira e outros líderes de esquerda.

Em Brasília, a 12 de setembro de 1963, alguns sargentos da Marinha e da Aeronáutica rebelaram-se contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que se pronunciara contra a elegibilidade do sargento Aimoré Zoch Cavalheiro, eleito Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul, e, portanto, de qualquer sargento.

Os rebeldes ocuparam o Departamento Federal de Segurança Pública, a Estação Central de Radiopatrulha, o Ministério da Marinha e o Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos. Em seguida, detiveram oficiais, conduzindo-os para a Base Aérea. O comando geral da rebelião estava com o sargento da Força Aérea Brasileira (FAB) Antônio Prestes de Paula. Os graduados do Exército não aderiram. Imediatamente, os blindados do Exército ocuparam pontos estratégicos de Brasília e se dirigiram para o Ministério da Marinha. Nesse local, os sublevados preferiram entregar-se; eram 60 homens da Aeronáutica, 40 fuzileiros navais e 15 marinheiros, liderados pelo sargento Lair Cornélio Romão. Na Base Aérea ocorria, logo após, a rendição dos sargentos. Pouco depois, já terminado o levante, chegavam tropas do 10º Batalhão de Caçadores de Goiás e de pára-quedistas do Rio de Janeiro, deslocadas por ordem do Ministro da Guerra.

Alguns elementos saíram feridos. Mortos, dois: o soldado fuzileiro, rebelde, Divino Dias dos Anjos e o motorista civil Francisco Moraes. Foram detidos 536 militares, transportados para o Rio de Janeiro e alojados no navio Rio Doce, sendo transferidos, depois, para o navio Raul Soares. O plano dos sargentos foi apreendido pelas autoridades militares de Brasília, enquadrando-se no arcabouço vulgar das rebeliões marxistas. O jornal O Globo, do Rio de Janeiro, reproduziu-o, em parte, na edição do dia 19 de setembro.

O Presidente da República só regressou à Capital depois de dominada a revolta, deixando de tomar qualquer atitude.

6. O controle da imprensa.

Repudiado pela maior parte da imprensa, o governo usava de toda sorte de subterfúgios para colocá-la sob o seu controle. Ora recorria a meios indiretos, ora boicotava diretamente o exercício da liberdade de informação, por exemplo interrompendo sem aviso prévio a programação de TV que lhe fosse adversa, para transmitir em seu lugar propaganda governista.

Miguel Reale conta que, quando falava "num programa de televisão, em que se enalteciam os valores democráticos, o Ministro Abelardo Jurema se interpôs, de repente, em rede nacional, para repetir seus argumentos trôpegos em favor da revolução em marcha"

7. João Goulart e suas ações no governo.

Nos primeiros dias de outubro, João Goulart que, um mês antes, participara de comício comunista no centro da cidade do Rio de Janeiro, solicitou ao Congresso a decretação de estado de sítio, mas logo retirou o pedido, sob pressão nacional. O Partido Comunista Brasileiro, em seguida, lançou intensa campanha pela encampação das refinarias particulares, pela moratória da dívida externa e pela anistia dos sargentos de Brasília. Os comunistas anunciaram que uma única saída restava ao Presidente da República: entregar o poder a um governo baseado nas "forças progressistas".

João Goulart decidiu negociar diretamente com o Partido Comunista, recebendo por duas

vezes em palácio os seus representantes, para com eles entabular um acordo político que satisfizesse às pretensões do Partido e aos interesses do governo. Convencionaram, nessas reuniões, a formação de uma "frente popular" coordenada por Santiago Dantas, para a unificação das forças esquerdistas.

O Presidente deveria enviar ao Congresso vários projetos radicais: plebiscito para a reforma constitucional, encampação das refinarias particulares, reforma agrária e outras medidas. Se fossem rejeitadas, ele procuraria de imediato dissolver o Congresso. Caso o Congresso as aceitasse, estaria obviamente reduzido à condição de impotência. Em qualquer circunstância, o Poder Legislativo, em regime de falência, ficaria impossibilitado de reagir diante da manobra planejada.

Mas ainda restavam as Forças Armadas. O Presidente supunha que elas seriam incapazes de uma oposição eficaz. Oficiais em altos postos diziam-se afinados com ele e os sargentos vinham, desde muito, sendo submetidos a um intensivo trabalho psicológico de doutrinação e aliciamento.

Tudo parecia marchar para um sucesso inexorável. Instalar-se-ia finalmente, pensava João Goulart, a "República Sindicalista". Para o Partido Comunista Brasileiro, o governo que se projetava era, de início, uma coalizão de forças esquerdistas, tendo como figura de proa o próprio Presidente ou seu cunhado Leonel Brizola, para, logo que possível, passar-se definitivamente ao sistema comunista.

Em 10 de janeiro de 1964, o Secretário-Geral do PCB, Luís Carlos Prestes, desembarcou em Moscou para informar pessoalmente a Nikita Krushev o andamento da execução dos planos acertados em 1961. O conteúdo das conversações foi meticulosamente anotado por Prestes. Ele informou a Krushev que "os comunistas brasileiros estavam conduzindo setores estratégicos do governo federal e se preparavam para tomar suas rédeas". Em resposta, recebeu de Mikhail Suslov, ideólogo do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), as seguintes instruções para os comunistas brasileiros: "Vocês estão procurando buscar corretamente a tática. É necessário saber utilizar todas as possibilidades de ações de massas. E, ao mesmo tempo, saber preparar-se para a luta armada. Uma coisa completa a outra... Quanto ao movimento camponês..., o essencial é levantar todas as reivindicações de acordo com os interesses dos camponeses. Sem isso não podem levantar as grandes massas de trabalhadores no campo. Vocês orientam no sentido justo de desenvolver as ações de massas, levando-as assim até a insurreição... No Brasil o potencial revolucionário é enorme. Se pega fogo nessa fogueira, ninguém poderá apagá-la."

Krushev então interveio pessoalmente para lembrar que são as ações de massas que preparam a luta armada, e não o contrário. Suslov, concordando, lembrou que não existia uma fórmula aritmética para calcular em que momento o trabalho de massas deveria transformar-se em insurreição, mas que, de qualquer modo, não seria preciso aguardar, para isso, que os comunistas tivessem o apoio majoritário das Forças Armadas, pois Lênin tinha a seu lado apenas 30% do Exército.

Prestes passou então a descrever a situação brasileira, tal como a enxergava:

"Um poderoso movimento de massas sustentado pelo poder central, tendo no seu núcleo um dos partidos comunistas mais sólidos do continente, instalado no seio do aparato estatal."

"Um exército penetrado dos pés à cabeça por um forte movimento democrático e nacionalista..."

"A tomada do controle do estado burguês de seu interior para fora. Oficiais nacionalistas e comunistas dispostos a garantir pela força, se necessário, um governo nacionalista e anti-imperialista."

"A luta pelas reformas de base constitui um meio para acelerar a acumulação de forças e aproximar a realização dos objetivos revolucionários."

"O grande trunfo será o dispositivo militar... A exemplo de 35, a revolução deveria começar pelos quartéis."

"Implantação de um capitalismo de Estado... O capitalismo de Estado seria a ante-sala do socialismo."

Krushev, entusiasmado, prometeu todo apoio político e militar necessário. Mas, tal como

acontecera em 1935, os comunistas brasileiros transmitiram a Moscou uma impressão erroneamente otimista quanto a um ponto decisivo: o apoio militar. De fato, desde 1935 a seção militar do Partido (denominada ANTIMIL, sigla de "antimilitarismo") jamais deixara de operar nos quartéis brasileiros, e nunca estivera tão forte quanto em 1964. Os militantes infiltrados, entre oficiais, suboficiais e soldados, somavam cerca de 600. Era muito, em comparação com os anos anteriores, mas pouco, diante da Força Armada considerada em sua totalidade (só o Exército tinha então aproximadamente 10 mil oficiais). Contrariando as estimativas otimistas de Prestes, o Serviço Secreto Militar Soviético transmitira essas informações a Krushev. Mas, enquanto isso, Fidel Castro, sob os olhos complacentes de Moscou, já ia adiantando recursos a Leonel Brizola para a insurreição político-militar.

8. Comício na Central e Assembleia no Automóvel Clube e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

A 13 de março de 1964, sexta-feira, convocou-se um grande comício em frente à estação D. Pedro II da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, por sugestão do Partido Comunista Brasileiro, a fim de assegurar o ambiente espetacular para o lançamento das mensagens-estopins. O Presidente, cumprindo a sua parte no espetáculo, com a presença do Ministro da Guerra General-de-Exército Jair Dantas Ribeiro e dos demais titulares das pastas militares, declarou:

"Não receio ser chamado subversivo pelo fato de proclamar e tenho proclamado e continuarei proclamando em todos os recantos da Pátria a necessidade, trabalhadores, da revisão da atual Constituição (...) Essa Constituição atual, trabalhadores, é uma Constituição antiquada (...)."

Anunciou em seguida o envio de mensagens radicais ao Congresso, incluindo a encampação das refinarias particulares, a reforma agrária e outras. Desempenhou assim o papel que lhe atribuíam os comunistas. Em torno do palanque guardado por soldados do Exército, a massa humana trazida em trens gratuitos e ônibus especiais aplaudia, sem o saber, a comunização da Pátria, agitando bandeiras vermelhas e cartazes alegóricos, ridicularizando os chamados "gorilas" do Exército.

A presença de 5 mil soldados do Exército sob a alegação de "defender" a ordem, visava a debilitar o espírito militar pois sua utilização era incompatível com a destinação da Força.

Reagindo ao que se pregou nesse comício, a União Cívica Feminina organizou, em São Paulo, a primeira "Marcha da Família com Deus pela Liberdade".

Poucos dias mais tarde, 25 de março, na Semana Santa, um grupo de marinheiros indisciplinados, sob a liderança do cabo José Anselmo, revoltou-se, em agitada reunião no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Uma tropa do Exército cercou o edifício e após horas de confabulações prendeu os insurretos, que sem reação foram conduzidos ao quartel do Batalhão de Guardas.

O Vice-Almirante Cândido Aragão, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, foi preso no dia 25 por ordem do Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sílvio Mota, que o substituiu no comando pelo Contra-Almirante (Fuzileiro Naval) Luís Filipe Sinai. No dia 27, o governo determinou a libertação de todos, sendo Aragão reconduzido a seu antigo cargo. O Ministro da Marinha, demitiu-se, sendo substituído pelo Almirante-de-Esquadra reformado Paulo Mário da Cunha Rodrigues, conhecido por suas tendências esquerdistas. Completou-se o quadro com a nomeação do Almirante-de-Esquadra Pedro Paulo de Araújo Suzano para a Chefia do Estado-Maior da Armada.

A 30 de março, às 20 horas, o Presidente da República compareceu a uma assembleia que reuniu cerca de 2 mil sargentos, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Ouviu passivamente, em companhia de alguns chefes militares, os discursos inflamados do subtenente Antônio Sena Pires, do Presidente do Clube de Sargentos do Exército, sargento João Ciro Voigt, e do Sargento Deputado Garcia Filho, que atentavam contra a hierarquia e a disciplina militar.

O comício da Central do Brasil e a cerimônia no Automóvel Clube pareciam eventos de um cronograma de golpe de Estado planejado pelo Presidente, em conluio com os comunistas, no contexto da Frente Popular. O primeiro, destinado a desmoralizar o Congresso e o segundo, a criar dissensão entre a oficialidade e os sargentos, para neutralizar a capacidade de reação militar. João Goulart julgava que as Forças Armadas assim enfraquecidas não poderiam deixar de atender as ordens oriundas de seu "esquema militar", formado pelos altos comandos com ele identificados. Um episódio imprevisto comprometeu a sequência planejada de eventos subversivos: foi a rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos e a ordem presidencial para a libertação dos marujos presos no Batalhão de Guardas.

A presença de Hércules Correa e outros líderes comunistas nos quartéis para verificar o cumprimento da ordem do Presidente e a passeata vexatória que se seguiu, nas ruas do Rio de Janeiro, com marinheiros desuniformizados carregando dois almirantes nos ombros, tudo isso atingiu violentamente os brios militares de oficiais, sargentos e soldados, ferindo a sensibilidade e a dignidade das Forças Armadas.

O Partido Comunista, na antevisão da vitória tão próxima, perdeu a tradicional observância das regras do trabalho clandestino nas quais era, em geral, inflexível. Dizia-se abertamente que, a partir de 1º de maio, o Brasil estaria completamente comunizado. A crise econômica marcada por inflação desenfreada era ingrediente favorável à situação revolucionária. Os meios de comunicação, escritos e falados, infiltrados por comunistas, eram veículos de exacerbação subversiva.

O Governo Goulart, ao sentir-se incapacitado, inclusive pelas deficiências pessoais do Presidente, para solucionar os problemas, procurou associar-se ao processo subversivo, imaginando garantir sua sobrevivência política. Tão nítida era a ideia de que o Brasil seria entregue a um governo socialista que inúmeros adesistas de última hora começaram a alardear simpatia pelo socialismo, certos de que assim obteriam um futuro salvo-conduto. Fazia-se ostensivamente propaganda comunista nos quartéis, nas igrejas católicas, nas universidades, nos sindicatos, nas repartições públicas. O anticomunismo passou a ser considerado como paixão doentia de alienados despercebidos da inexorável marcha do mundo em direção ao socialismo.

Em um documento de autocritica posterior à Revolução, intitulado Esquema para Discussão, editado ainda em 1964, o Partido Comunista declarou:

"(...) Incorremos em grave subestimação da força do inimigo e não estávamos preparados para enfrentar um golpe da direita (...). Acreditávamos em uma vitória fácil através de um simples pronunciamento do dispositivo de Goulart, secundado pelo movimento de massas. Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação (...)."

Texto adaptado pelo CP/ECEME do CD ROM "O Exército na História do Brasil".